

ATA DA 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
23 de julho de 2021

1 Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta
2 minutos (13h30min), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de
3 Santa Catarina - CEDCA/SC reuniu-se em Assembleia Ordinária realizada na
4 modalidade *online* através da plataforma Google Meet. A presente ata foi lavrada
5 tendo como base o vídeo que contém a gravação integral da reunião realizada no
6 Google Meet e que foi transmitida ao vivo pelo canal da Secretaria de
7 Desenvolvimento Social no Youtube, que pode ser acessado no Youtube, por meio do
8 link: <https://youtu.be/BbwVY72CFZc>. Iniciou-se a reunião com a abertura realizada
9 pela Coordenação do CEDCA sendo este **o item primeiro da ordem do dia: Abertura**
10 **pela Coordenação (Minutagem 00:10:28)**. A Coordenadora Geral Maristela Cizeski
11 saúda a todos Conselheiro/as Estaduais. Saúda a Defensora Pública, Doutora Sharon
12 Simões, da Defensoria Pública do Estado. Saúda também os demais membros da Mesa
13 Coordenadora. Saúda ainda as pessoas que acompanham ou que posteriormente
14 assistirão a reunião pelo canal da SDS no YouTube. Antes de seguir com a plenária, foi
15 assistida a apresentação literária da obra “Pássaro Amarelo” da autora Olga de Dios,
16 apresentada pela bibliotecária do Colégio Marista. Em seguida a apresentação a
17 Coordenadora passa a palavra à Secretária Executiva do Conselho, que dá
18 prosseguimento ao **item segundo da ordem do dia: Justificativas das ausências**
19 **(Minutagem 00:22:08)**. Sendo assim foi informado de que a convocação para a
20 Reunião Ordinária do Plenário do CEDCA de julho foi encaminhada aos Conselheiros
21 Estaduais, por e-mail, no dia 16 de julho de 2021. Na oportunidade, foi estabelecido o
22 prazo para apresentação de justificativa de ausência por escrito ao e-mail do CEDCA
23 até o dia 22 de julho de 2021. Até o presente momento: O Conselheiro Halei Cruz
24 justificou sua ausência por estar em usufruto de férias no mês de julho e sua Suplente
25 encontra-se em licença para tratamento de saúde. As Conselheiras Verônica Bem dos
26 Santos e Lindsey Scarelli Nandi justificaram suas ausências por estarem em usufruto de
27 férias no mês de julho. A Conselheira Viviane da Rosa justificou sua ausência por estar
28 retornando de licença maternidade e estar com compromissos de trabalho na
29 Secretaria. A Conselheira Sandra Nazário justificou sua ausência por compromisso
30 imprevisto inadiável. Passou-se então para o **item terceiro da ordem do dia:**
31 **Apreciação da Ata da Plenária Ordinária de junho (Minutagem 00:23:44)**. A
32 Coordenadora Geral informa que ata da Plenária Ordinária de 25 de junho de 2021,
33 elaborada pela Conselheira Djavana Braz Delindo Antônio, foi encaminhada aos e-mails
34 dos Conselheiros no dia 16 de julho de 2021, junto com a convocação, sendo que os
35 Conselheiros tiveram até as 19 horas do dia 22 de julho para enviar suas contribuições.
36 Como não houve envio de contribuições, considera-se a ata da plenária ordinária de
37 junho de 2021 aprovada. A ata estará disponível na página da Secretaria de Estado do
38 Desenvolvimento Social. Dando continuidade à reunião, a Coordenadora Geral passa

ATA DA 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
23 de julho de 2021

39 ao **item quarto da ordem do dia: Apresentação da Comissão de Orçamento e**
40 **Finanças sobre a discussão acerca das transferências fundo a fundo para o FIA**
41 **(Minutagem 00:25:24)**. A Coordenadora Geral passa a palavra para o Conselheiro
42 **Daniel Damiani**, Coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças, que fez a
43 apresentação. E após as contribuições e discussão sobre o item definiu-se que será
44 realizado uma discussão mais ampla a cerca deste assunto em conjunto com
45 Assembleia Legislativa e que este ano não haverá como deliberar sobre este assunto.
46 Seguindo para o **item quinto da ordem do dia: Apresentação da minuta do termo de**
47 **referência para cursos de capacitação a serem oferecidos sobre a elaboração e a**
48 **execução de projetos no âmbito da lei 13.019, elaborada pela Comissão de**
49 **Orçamento e Finanças (Minutagem 00:33:04)**. A coordenadora Geral passa a palavra
50 para o Conselheiro Daniel Damiani, Coordenador da Comissão de Orçamento e
51 Finanças que fez a apresentação e após as discussões e as contribuições encaminhou-
52 se que as Comissões de Normas, de Orçamento e Finanças e de Políticas Públicas irão
53 reunir-se para fazer algumas definições sobre o item discutido. Feitos os
54 encaminhamentos seguiu-se para o **item sexto da ordem do dia: Discussão sobre a**
55 **necessidade de articulação do CEDCA com os CMDCA'S para discutir o SIPIA CT**
56 **(Minutagem 00:48:57)**. A Coordenadora Geral passou a palavra para a Conselheira
57 Neylen Junckes que fez a apresentação, enfatizando que o CEDCA necessita se fazer
58 presente nestas rodas de conversas com os CMDCA'S. Feitas as manifestações
59 definiram-se os nomes de conselheiros podendo ser titular ou suplente que
60 participarão das rodas de conversas seguindo o cronograma por regiões do estado,
61 sendo que ocorrerá de forma virtual. E que este assunto será retomado na plenária de
62 agosto. Passando para o **item sétimo da ordem do dia: Deliberação acerca do projeto**
63 **de lei nº 0204.0/2021, que "institui o programa estadual de enfrentamento da**
64 **violência contra crianças e adolescentes e a comissão intersetorial de enfrentamento**
65 **à violência contra crianças e adolescentes" (Minutagem 01:01:23)**. A Coordenadora
66 Geral informou que a Secretaria Executiva do CEDCA recebeu da Consultoria Jurídica
67 da SDS, via SGP-e, no dia 15 de julho, o processo SCC 13059/2021 proveniente da Casa
68 Civil. O referido processo encaminhou o Ofício nº 1140/CC-DIAL-GEMAT, que solicita
69 ao Secretário da SDS o exame e a emissão de parecer, ouvido o Conselho Estadual dos
70 Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), a respeito do Projeto de Lei nº
71 0204.0/2021, que "Institui o Programa Estadual de Enfrentamento da Violência contra
72 Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência
73 contra Crianças e Adolescentes", oriundo da Comissão de Finanças e Tributação da
74 Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Na oportunidade, a
75 solicitação da Casa Civil se baseou no pedido de diligência contido no Ofício da ALESC,
76 nos autos do processo, sendo que para isso, estabeleceu o prazo máximo de dez dias

ATA DA 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
23 de julho de 2021

77 para manifestação da SDS após ouvir o CEDCA, a fim de subsidiar a resposta do
78 Governador do Estado à ALESC. Assim sendo, a COJUR nos encaminhou o referido
79 processo em 15 de julho estabelecendo o prazo de 5 dias para a manifestação do
80 CEDCA quanto à concordância ou não com os termos do Projeto de Lei, para subsidiar
81 seu parecer e retornar à Casa Civil em tempo hábil. Como a decisão quanto à
82 concordância ou não com o Projeto de Lei deve ser deliberada pelo colegiado do
83 CEDCA, não apenas pela Coordenadora Geral, a Secretaria Executiva no mesmo dia
84 encaminhou ofício à COJUR solicitando que requeresse dilação de prazo junto à Casa
85 Civil para que o CEDCA se manifestasse após a Plenária de 23 de julho, oportunidade
86 em que deliberará sobre o referido Projeto de Lei. Desta forma, a Casa Civil concedeu o
87 prazo até o dia 27 de julho para manifestação da SDS, assim, o CEDCA precisa deliberar
88 nesta plenária quanto à sua posição referente ao Projeto de Lei nº 0204.0/2021, e
89 encaminhar ainda hoje sua decisão para a Consultoria Jurídica da SDS que ainda
90 precisará elaborar o parecer solicitado pela Casa Civil, levando em consideração o que
91 decidiu o CEDCA, e devolver o processo até a data estipulada. Todos os Conselheiros
92 receberam no momento da convocação para esta reunião, o arquivo que contém a
93 íntegra do processo para análise prévia, objetivando subsidiar sua decisão. Sendo
94 assim a Coordenadora Geral abriu a palavra para manifestações e após a discussão
95 ficou deliberado que será realizada uma resposta a cerca de que este conselho está em
96 favor dos direitos das crianças e adolescentes também agendado uma reunião com a
97 Comissão dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Assembleia Legislativa sobre
98 este Projeto de Lei. Sendo que passando para o **item oitavo da ordem do dia:**
99 **Deliberação acerca do projeto de lei nº 0178.4/2021, que “proíbe a utilização de**
100 **verba pública no âmbito do Estado de Santa Catarina em eventos e serviços que**
101 **promovam a sexualização de crianças e adolescentes e dá outras providências”**
102 **(Minutagem 01:28:23)**, nesta pauta foram deliberados os mesmos encaminhamentos
103 propostos para o item sétimo da ordem do dia. Como também para mais um Projeto
104 que não entrou em pauta por ter sido encaminhado um dia antes desta plenária o
105 Projeto de Lei nº 0372.4/2019 que dispõe sobre a “proibição de exposição de crianças
106 e adolescentes no âmbito escolar, a danças que aludam a sexualização precoce,
107 prevenção e combate à erotização infantil nas escolas do estado de Santa Catarina”
108 (01:28:59) sendo este também realizado as mesmas deliberações do item sétimo e
109 oitavo. No **item nono da ordem do dia: Momento das comissões (Minutagem**
110 **01:36:17)**. A Coordenadora Geral convidou os conselheiros responsáveis das comissões
111 para socializar os seus trabalhos, realizada as socializações deu-se sequência a
112 plenária. Em seguida, abordando o **item décimo da ordem do dia: Informes**
113 **(Minutagem 01:49:37)**. A Coordenadora Geral passou a palavra para a Secretária
114 Executiva, Thaís Telemberg Soares que deu os seguintes informes: **Primeiro:**

ATA DA 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
23 de julho de 2021

115 Recebemos via SGPE-e a Proposta de Minuta de Edital de Chamamento Público para a
116 Celebração de Termo de Fomento e Termo de Convênio para as Medidas
117 Socioeducativas em Meio Aberto, elaborada pela Gerência de Políticas para Crianças,
118 Adolescentes e Jovens e pela Diretoria de Direitos Humanos da SDS. O material foi
119 encaminhado no dia 21 de julho por e-mail para análise da Comissão de Atendimento
120 Socioeducativo e após será encaminhado para a Comissão de Orçamento e Finanças
121 antes de vir ao plenário para deliberação. (Processo SST 1881/2021) 2) Recebemos
122 ofício do Conselho Estadual de Assistência Social, em resposta à solicitação do CEDCA
123 realizada em setembro/2020 para elaboração de proposta de Resolução Conjunta
124 entre CEAS e CEDCA referente à Orientação Conjunta 01/2020 – O direito à
125 convivência familiar e comunitária e a implementação do serviço de família
126 acolhedora. O CEAS se colocou à disposição para agendar reunião conjunta e nos
127 próximos dias faremos a articulação para marcar uma data. (Processo SST 2002/2020).
128 **Segundo:** Recebemos ofício da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão
129 Estratégica do Conselho Nacional de Justiça que convidou o CEDCA para a adesão ao
130 Pacto Nacional pela Primeira Infância, em solenidade que acontecerá por ocasião do
131 Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul, das 9h às 10h30, no
132 dia 19 de agosto de 2021. **Terceiro:** Ainda sobre esse ponto, recebemos também e-
133 mail da Exma. Sra. Desembargadora Rosane Portella Wolff, Coordenadora Estadual da
134 Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, convidando para
135 reunião de sensibilização para a adesão ao Pacto Nacional da Primeira Infância.
136 **Quarto:** A reunião de sensibilização, com a participação das instituições de Santa
137 Catarina, está agendada para o dia 26/07, às 14h, e a Conselheira Maristela Cizeski
138 representará o CEDCA. **Quinto:** No dia 09 de julho o Fórum dos Direitos da Criança e
139 do Adolescente promoveu sua terceira capacitação que foi ministrada pela Professora
140 Carla Bressan e Graziela Gabriel, presidente da ACCT com o tema “SISTEMA DE
141 INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - SIPIA CT”. Para a oportunidade
142 foram convidados todos os Conselheiros do CEDCA. **Sexto:** A Secretaria Executiva
143 comunicou que no período de 02 a 21 de agosto estará em usufruto de 20 dias férias
144 referentes ao exercício de 2019. Qualquer dúvida, solicitação ou questionamento
145 devem ser encaminhados por e-mail ao CEDCA no endereço cedca@sst.sc.gov.br que
146 será respondido pela Noêmia, Secretária do CONJUVE, que ficará dando apoio neste
147 período, checando os e-mails e SGP-e. E estará de volta antes da próxima plenária para
148 organizar a reunião de agosto. Para finalizar, comunico que nossa próxima reunião
149 ordinária do plenário está agendada para o dia 26 de agosto de 2021, quinta-feira, às
150 13h30min. A partir do minuto 01:55:23, a Coordenadora Geral, Conselheira Maristela,
151 agradeceu a presença e a participação de todos, passou a palavra aos demais membros
152 da Mesa Coordenadora, logo em seguida, as quinze horas e trinta minutos, declara

ATA DA 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA
23 de julho de 2021

153 encerrada a reunião e comunica que aguarda todos na próxima plenária. Por fim, cabe-
154 nos registrar que estiveram presentes nesta plenária os/as Conselheiros/as: Rosane
155 Beatriz Frizon (SAR), Neylen Bruggemann Junckes (SDS), Fabíola Andrade Schmitz
156 (SDS), Caroline Busanello (CC), Fernanda Zimmermann Forster (SED), Daniel Neves
157 Damiani (SEF), Mara Rubia Morigi (SAP), Eleonora Santana Pereira (SSP), Cléber Paes
158 Alves (SEC), Josélia Silveira Teixeira Maranhão (Fesporte), Erasmo Marchi e Roberto
159 Murilo Coutinho (União dos Escoteiros do Brasil), Nivia Michelli Garcia Vieira
160 (Federação das APAES de Santa Catarina), Bruna Aparecida Povoski Mulinari
161 (Irmandade do Divino Espírito Santo), Graziela Cristina Luiz Damacena Gabriel e Miller
162 Domingues Lopes (Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT),
163 Maristela Cizeski (Pastoral da Criança), Valdir Gugiel (União Catarinense de Educação –
164 UCE), Djavana Braz Deolindo Antônio (Fundação Educacional Joanna de Angelis) e
165 Patrícia Perini Munzfeld (Associação Mover Caminhos). Participaram ainda da reunião
166 a Defensora Pública Sharon Simões e a Secretária Executiva Thaís Telemberg Soares.